



SABERES ANCESTRAIS E CONSERVAÇÃO: O PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Autor(res)

Natalia De Andrade Fernandes Neri

Aline Elvis Amorim Moura

Noama Do Nascimento Da Silva

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O Brasil é um país caracterizado por uma ampla diversidade biológica e cultural, concentrando em seu território inúmeros recursos genéticos e saberes tradicionais que desempenham papel fundamental na conservação ambiental.

Na Amazônia, povos indígenas enfrentam ameaças crescentes pela exploração econômica, degradação ambiental e fragilidade legal. Seus saberes tradicionais são centrais na preservação e exigem reconhecimento efetivo, conforme a proteção cultural e ambiental garantida pela Constituição de 1988.

É neste contexto que o presente artigo reflete sobre questões diretamente ligadas à tutela do patrimônio cultural e da biodiversidade amazônica, visto que tais patrimônios não apenas carregam valor científico e biotecnológico, mas também são elementos estruturantes da identidade dos povos indígenas.

Para isso, o trabalho pretende relacionar a legitimação dos conhecimentos tradicionais e a contribuição das comunidades indígenas para a preservação da biodiversidade da Amazônia.

Objetivo

O presente trabalho visa demonstrar a situação jurídica brasileira quanto à efetivação da contribuição dos povos indígenas na conservação da biodiversidade amazônica, a partir do reconhecimento e legitimação da importância dos conhecimentos tradicionais para a manutenção dos ecossistemas e a preservação do patrimônio genético e ambiental da região.

Material e Métodos

O presente trabalho foi realizado com base na revisão de literatura bibliográfica de método qualitativo e técnicas de análise documental, com ênfase na análise teórico-jurídica do tema proposto, qual seja: Saberes Ancestrais e Conservação: o Papel dos Povos Indígenas na Proteção da Biodiversidade Amazônica. Segundo Sousa et. al. (2021) a pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo.

Focando assim no reconhecimento dos conhecimentos tradicionais para a preservação ambiental e genética. Investiga a proteção constitucional desse patrimônio, conceitua saberes tradicionais e avalia seu reconhecimento



em leis e tratados, como a Lei da Biodiversidade e a Convenção 169 da OIT, e os desafios de implementação, visando fortalecer a participação indígena na governança ambiental e a justiça ambiental.

Resultados e Discussão

A proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e de seu patrimônio genético e cultural está prevista na Constituição de 1988, em normas infraconstitucionais e em tratados internacionais. O art. 231 reconhece sua organização social, línguas, crenças, tradições e direitos originários sobre as terras ocupadas.

A Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015) e a Convenção 169 da OIT reforçam o direito à consulta livre, prévia e informada. Tais saberes, transmitidos por gerações têm valor cultural, ambiental e científico, mas sofrem ameaças do marco temporal, do agronegócio, da mineração e da biopirataria, que evidenciam falhas na fiscalização e na proteção territorial.

A efetiva salvaguarda desses conhecimentos exige mecanismos reais de participação, valorização cultural e autonomia, fundamentais para a conservação ambiental e a defesa dos direitos humanos no Brasil.

Conclusão

A pesquisa evidenciou que os saberes tradicionais dos povos indígenas são essenciais para a conservação da biodiversidade amazônica. Apesar de dispositivos legais que reconhecem seus direitos, há entraves como a ausência de consulta prévia, biopirataria e pouca representatividade. É fundamental garantir proteção jurídica, repartição de benefícios e participação efetiva dos indígenas na governança ambiental, valorizando seus conhecimentos como instrumentos de sustentabilidade.

Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, proteção e repartição de benefícios associados ao conhecimento tradicional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 maio 2015.
- BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, firmada em Genebra, em 27 de junho de 1989. Brasília, DF: Presidência da República, [2019].
- DIEGUES, Antonio Carlos. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP), 2000.
- SANTILLI, Juliana. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. In: SANTILLI, Juliana (org.). Sociobiodiversidade e direitos dos povos e comunidades tradicionais. São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 15–49.